

Ensino Remoto em Cenário de Pandemia: o que Dizem os Professores

Remote Teaching in Pandemic Scenario: What the Teachers Say

Kári Lúcia Forneck^{*a}; Hendy Barbosa Santos^{ab}; Lesly Diana Pimentel Yong^{ac}; Keylliane de Sousa Martins^{de}; Carolina Tais Werlang^f

^aUniversidade do Vale do Taquari, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino. RS, Brasil.

^bInstituto Federal de Rondônia, RO, Brasil.

^cUniversidade Federal do Amazonas. AM, Brasil.

^dInstituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. MA, Brasil.

Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística. SP, Brasil.

^fUniversidade do Vale do Taquari, Curso de Letras. RS, Brasil.

*E-mail: kari@univates.br

Resumo

A pandemia da Covid-19 trouxe uma nova realidade na dinâmica social das escolas e, com isso, as aulas presenciais foram substituídas pelo contexto da educação remota. Desse modo, esta pesquisa buscou analisar quais os maiores desafios enfrentados pelos professores na perspectiva da educação remota, como adequar sua metodologia a este novo cenário e quais elementos de sua prática docente foram usados para os processos de ensino e aprendizagem. Este artigo, portanto, discute resultados de uma pesquisa que teve como objetivo investigar os efeitos da pandemia nas práticas pedagógicas. Para tanto, por meio das respostas obtidas a partir da aplicação de um questionário do *Google Forms*, disponibilizado a professores de diferentes níveis e redes de ensino de regiões do país, pautam-se as discussões nos desafios que os docentes encontram ao trabalharem as práticas pedagógicas no ensino remoto. Utiliza-se como metodologia a abordagem qualitativa e foi feita uma aproximação com a Análise de Conteúdo, de Bardin (2016). Ao se analisar as respostas dos professores, observa-se que educadores e educandos se adaptaram às novas possibilidades de ensino e de aprendizagem. Entretanto, a falta de estratégias para uma melhor distribuição de recursos tecnológicos impactou nos resultados do ensino. Os docentes deixaram claro que a falta de acesso à internet por parte dos alunos gera uma defasagem de aprendizado que seria amenizada se, de fato, as políticas fossem atuantes neste contexto.

Palavras-chave: Educação Remota. Pandemia. Ensino. Políticas Públicas.

Abstract

The Covid-19 pandemic brought a new reality to the schools' social dynamics, and, with that, face-to-face classes were replaced by the context of remote education. Thus, this research analyzed the greatest challenges faced by teachers from the perspective of remote education, how to adapt their methodology to this new scenario and which elements of their teaching practice were used for teaching and learning processes. This article, therefore, discusses the results of a paper that aimed to investigate the effects of the pandemic on pedagogical practices. To this end, through the responses obtained from the application of a Google Forms questionnaire, available to teachers of different levels and education networks in different regions of the country, the discussions were based on the challenges that teachers face when working pedagogical practices in teaching remotely. Qualitative approach was used as a methodology and made an approximation with the Content Analysis, by Bardin (2016). When analyzing the teachers' responses, it was observed that educators and students adapted to new teaching and learning possibilities. However, the lack of strategies for a better distribution of technological resources had an impact on teaching results. The professors made it clear that the lack of internet access by students creates a learning gap that would be alleviated if, in fact, the policies were active in this context.

Keywords: Remote Education. Pandemic. Teaching. Public Policy.

1 Introdução

No Brasil, o ano de 2020 foi marcado por inúmeras mudanças, entre essas a pandemia do Novo Coronavírus - Covid - 19, que tem mostrado um outro jeito de ensinar, mas também revelou como a situação política e social do Estado interfere diretamente em vários aspectos do acesso ao ensino e nas diferentes possibilidades de aprender. A imposição dessas recentes realidades instituíram novas normalidades e trouxeram a necessidade de um isolamento social, o qual modificou as relações sociais e as práticas educacionais. Essa adaptação alterou o funcionamento de diferentes setores da

economia e da sociedade civil.

Apesar de a Organização Mundial de Saúde (OMS) ter declarado a Covid-19 como pandemia, classificando-a no mais alto nível de alerta mundial, orientando que a vacina e o isolamento social são as ferramentas mais eficazes no combate e contenção do vírus no mundo, o Brasil ainda se divide entre negacionistas da doença e os que acreditam na agressividade do vírus, o que aumentaram as incertezas e a falta de uma política pública, que diminuísse os impactos causados pelo SARS-CoV2.

No que se refere à educação, muitas escolas e instituições de ensino paralisaram as aulas presenciais com o intuito de

conter e evitar a contaminação e a infecção. Desde então, muitas foram as dúvidas e bem poucas foram as certezas. Fato é que as unidades escolares e espaços de ensino foram os primeiros estabelecimentos a terem suas atividades suspensas, justamente pela forma de organização desses ambientes por longos períodos. Com isso, professores e demais profissionais vislumbraram a possibilidade de utilizarem os recursos de Tecnologias Digitais como ferramentas eficientes e capazes de levar o ensino a um número expressivo de alunos.

A rotina escolar também foi impactada e, com a suspensão das aulas presenciais, outros espaços precisaram ser transformados em salas de aula. A Portaria do MEC Nº 343/2020 autorizou, em caráter excepcional, a substituição de aulas presenciais por aulas remotas.

Esse documento norteador expõe as diretrizes de orientação para a substituição das aulas, na modalidade presencial, para aulas remotas, com o intuito de que cada instituição pudesse utilizar os recursos tecnológicos no período da pandemia do novo coronavírus.

Nesse sentido, as escolas e as universidades e, em especial os professores, precisaram encontrar metodologias, recursos e técnicas para que o ensino e a aprendizagem continuassem ocorrendo. Ademais, na maioria dos países, os recursos tecnológicos se tornaram instrumentos necessários na tentativa de manter o ensino acadêmico. Porém, embora a tecnologia possa aproximar docentes e estudantes em períodos de distanciamento social, observou-se que nem todos têm acesso à rede de internet.

O ensino remoto está sendo um meio que muitas instituições têm utilizado para desenvolver os componentes curriculares. Assim, Arruda (2020, p.266) destaca que o “ensino remoto pode ser apresentado em tempo semelhante à educação presencial, com transmissões em horários específicos das aulas dos professores, nos formatos de *lives*”. As interações podem ser virtuais síncronas - que acontecem em tempo real, com interação simultânea entre professores e alunos, ou assíncronas - que dispensam a participação e a interação em tempo real. Esses formatos também são definidos como educação *on-line*, um conceito ainda recente e em estudo.

Para Moran e Bacich (2018), as tecnologias digitais têm sua importância, pois personalizam o processo de aprendizagem e por essas os estudantes podem acessar e estudar em seu próprio tempo e ritmo, permitindo que cada aluno progrida de acordo com sua capacidade.

Na educação remota o aluno precisa ter mais autonomia nos estudos, tendo em vista que as aulas não são presenciais, mas há um mediador e ferramentas tecnológicas que o auxiliam em sua aprendizagem nesse processo. Por isso, nesse contexto de mudanças, fez-se necessário que educadores e educandos estivessem adaptados às novas possibilidades de ensino e aprendizagem. Com mais acesso às informações na

palma das mãos dos alunos, nas palavras de Moran e Bacich (2018), os professores precisaram atuar como mediadores do processo educativo. Tornou-se cada vez mais necessário, nesse norte, ressignificar o ato de ensinar, visto que o papel do docente veio mudando à medida que o conhecimento se tornou mais acessível ao discente.

Sabe-se que, neste contexto de isolamento social, mesmo com o uso de ferramentas digitais que podem atrair a atenção do discente, outros fatores intervêm para uma melhor aprendizagem e uma apropriada concentração e engajamento nas aulas virtuais. Questões sociais como as citadas acima e, também, aspectos emocionais que, embora relevantes, não são o foco desta pesquisa, vêm recebendo destaque nos estudos do cenário educacional atual.

Diante desse contexto de saúde pública, neste estudo¹ se propôs a ouvir professores, a fim de conhecer suas percepções acerca da educação remota. Este artigo, portanto, discute resultados de uma pesquisa que teve como objetivo investigar os efeitos da pandemia, nas práticas pedagógicas, tendo como foco a seguinte questão-problema: quais dificuldades e limitações a pandemia da Covid-19 evidenciou nas práticas pedagógicas dos professores nos contextos de ensino remoto? Para tanto, foi aplicado um questionário via *Google Forms*, disponibilizado a professores, de diferentes níveis e redes de ensino de regiões do país, e por meio das respostas obtidas, fez-se a análise dos resultados.

A seguir, apresenta-se, em um primeiro momento, alguns aportes conceituais que embasaram as análises e, na sequência, as discussões emergentes das respostas dadas pelos professores.

2 Material e Métodos

A presença das tecnologias é uma realidade, e sua inclusão nas diversas áreas sociais precisa ser implementada por meio de políticas públicas que possam propiciar à população o acesso às tecnologias como um elo que aproxima todos os envolvidos na sociedade na era da informação.

Em relação às políticas públicas relacionadas à inclusão digital, no Brasil foi criado, em 1997, o programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO). Esse programa funcionava com os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), que promoviam formação continuada aos professores e assistência técnica na inclusão das tecnologias de informação e comunicação nas escolas cadastradas no programa (BRASIL, 1997). Em 2007, surge uma nova versão do programa por meio do decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, que estabelecia:

- I - promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais;
- II - fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem

1 Este estudo diz respeito a uma das ações desenvolvidas no âmbito da pesquisa *O ensinar da infância à idade adulta: o que pensam professores e alunos*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari - Univates.

com o uso das tecnologias de informação e comunicação;
III - promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa;
IV - contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas;
V - contribuir para a preparação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação; e
VI - fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais. (BRASIL, 2007)

As escolas cadastradas no programa precisavam ter infraestrutura para que pudessem ser instaladas as mídias digitais e o laboratório de informática. Segundo Basniak e Soares (2016), por meio do PROINFO foram implementadas, em algumas escolas, o Programa um Computador por Aluno (PROUCA), houve entrega de *tablets* aos professores e, também, foi criado o PROINFO Integrado, que propiciava a formação continuada dos professores.

Além do PROINFO, existe um outro programa vigente chamado Inovação Educação Conectada, criado em 2017, com o objetivo de “apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica” (BRASIL, 2017). Existem algumas políticas públicas relacionadas à inclusão digital na área da educação que estão em funcionamento, mas nem todas as escolas têm acesso à internet e nem infraestrutura para que esses programas possam ser implementados.

A partir desses dados, compreende-se que a exclusão digital é um desafio a ser superado por meio de políticas públicas educacionais que assegurem o acesso à internet e o domínio de ferramentas pedagógicas digitais para professores e alunos. Por isso, é preciso também refletir sobre a qualificação dos docentes, uma vez que para estreitar o relacionamento entre educador e educando, é necessário que, além de dominar tecnologias educacionais, o professor consiga orientar seus alunos para utilizá-las, de forma eficaz, possibilitando a investigação, compartilhamento e aplicação do conhecimento. Além da qualificação do professor para lidar com essa demanda, é necessário ter condições favoráveis de ensino e de aprendizagem para que haja melhoria e garantia de uma educação de qualidade.

Nessa perspectiva, a formação se torna importantíssima em todo o processo de ensino, principalmente, porque é por meio dessa que o professor poderá ter habilidades com o uso das ferramentas tecnológicas em seu trabalho docente. Muito se discute sobre o processo de formação de professores e essa temática tem sido, por muitas vezes, colocada como um dos grandes desafios da educação brasileira. Entretanto, é comum se observar, em encontros pedagógicos, semanas de planejamento, palestras e demais eventos do calendário ou até mesmo da rotina escolar, que o foco dessa discussão tem ficado sobre os ombros do professor, como se ele, uma vez “bem formado”, fosse a solução para todos os problemas no

ensino. No entanto, é necessário pautar a discussão em outro enfoque: por que uma temática que é constantemente debatida e faz parte do cotidiano do espaço escolar ainda é um grande desafio para os docentes?

Muitas são as tentativas de resposta para tal indagação. Uma das possibilidades já foi muito bem destacada por Schön (1997), o qual ressalta que ainda que constantemente se atribua a culpa do fracasso educacional aos professores e às escolas, ambos - escolas e professores - são apenas vítimas de um contexto educacional complexo. Ainda, segundo o autor, o que acontece na educação é apenas o reflexo do que ocorre em outras áreas inter-relacionadas como a política, cultura e a área social. Neste entender, em relação ao atual contexto de educação remota, continua-se atribuindo aos professores, em boa medida, a responsabilidade pelas dificuldades decorrentes de uma ausência de políticas públicas de inclusão digital.

Uma das ideias que se pode apresentar diz respeito ao fato de que a formação do professor está intimamente relacionada com as perspectivas políticas e ideológicas do Estado. Nessa relação, a escola segue um modelo político regido por regras, leis e normas que são provenientes de um poder central. Diante desse modelo de governabilidade, nos contextos de ensino, Schön (1997) argumenta que há uma crise de conflito entre o saber escolar e a reflexão-na-ação dos professores e alunos. Ser um professor que concretiza a reflexão-na-ação é estar em constante processo de aprendizagem.

Em consonância, ser um aprendiz requer muito mais do que estar em espaços formais de aprendizagem como programas de pós-graduação e formações continuadas. Por exemplo, requer a sensibilidade de estar em um constante ato de reflexão individual e coletiva. Um professor, que reflete sobre sua prática e sobre sua ação, permite ser surpreendido pelo seu aluno. No entender de Gil (2012), durante muito tempo se acreditou que o papel do professor era apenas o de ensinar. Entretanto, uma das atribuições do professor é ser membro de uma equipe.

A discussão sobre a formação de professores está baseada na própria natureza mutável dos conhecimentos científicos, ou seja, o avanço da ciência e das novas tecnologias coloca novas metodologias de ensino e outras questões teóricas relacionadas à docência. A partir dessa colocação, não se pode pensar o professor como detentor de um saber pronto e acabado, mas um profissional que, constantemente, se constrói no seu exercício da docência.

Considerando o exposto, é importante destacar que neste contexto de pandemia e de atividades virtualizadas, não é possível encarar os cenários pedagógicos de educação remota com tanta rigidez. Isso porque há muitas variáveis em jogo: a ausência de políticas públicas efetivas de inclusão digital, o que dificulta, portanto, o acesso de estudantes e professores à educação remota; a culpabilização dos docentes pelas dificuldades dos processos educacionais; e, por fim, a necessidade de uma formação continuada pautada no trabalho cooperativo e no acesso à inclusão digital.

Dada essa contextualização conceitual, apresentam-se os procedimentos metodológicos: neste trabalho se utiliza como instrumento de coleta de dados o questionário do *Google Forms*, composto por um conjunto de questões que teve por objetivo verificar as percepções dos docentes acerca da educação remota, em contexto de pandemia. Esse questionário foi disponibilizado aos participantes por meio de um *link*, divulgado em aplicativos de mensagens instantâneas e sites de redes sociais. Ao consentir com a participação, o docente aceitava as condições do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que abria o questionário. Com questões mistas, as perguntas versavam sobre a experiência do docente no ensino durante a pandemia, em especial, as potencialidades e os desafios das aulas remotas. Para fins de análise, as respostas foram examinadas por meio de uma aproximação com a Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2016), a partir da qual foram feitos cruzamentos entre o conteúdo das respostas e o referencial teórico que sustenta este estudo.

3 Resultados e Discussão

Responderam ao questionário 94 professores da Educação Básica e do Ensino Superior das três esferas públicas – Municipal, Estadual e Federal – e da rede privada, advindos das cinco regiões do país. As perguntas iniciais estavam relacionadas à região, referentes aos locais de trabalho e às principais dificuldades enfrentadas no modelo de ensino remoto.

Quanto à região de origem dos respondentes, 34% pertenciam à região Norte, 33% à Nordeste, 24,5% à Sul, 5,5% à Sudeste e 3% ao Centro-Oeste do país. Em relação à rede de ensino em que os professores trabalhavam, os resultados mostram diferentes porcentagens: dos que lecionam na rede Municipal, tem-se 37,2%, na Estadual 45,7%, na Federal 20,2% e na Rede Privada 17%. Então se pode concluir que 83% dos respondentes têm como público-alvo alunos da rede pública de ensino, na qual se configura um perfil socioeconômico diferente dos 17% que estudam na rede particular.

Esses profissionais ainda estão distribuídos da seguinte forma: 5,3% atuam em diferentes níveis, sendo esses: professores da Educação Infantil, 24,5%; do Ensino Fundamental anos iniciais e 33%, anos finais; 51,1% do Ensino Médio; 5,3% da Educação de Jovens e Adultos; 6,4% do Ensino Técnico; e 17% do Ensino Superior.

No formulário da pesquisa realizada, perguntou-se a respeito das principais dificuldades que enfrentavam nas atividades pedagógicas durante a educação remota. Os participantes destacaram vários desafios, um desses se refere à falta de acesso à internet, sendo que, segundo os professores, muitos estudantes não têm possibilidades de ter internet em casa ou no celular, o que acaba dificultando que alunos estudem no ensino remoto. Nesse viés, Silva e Silva (2020, p.141) destaca que:

A realidade da educação brasileira sempre foi difícil. Porém, o país enfrenta diversos novos problemas em função das consequências do Covid-19, que apenas sublinhou o status precário da educação. Além de todas as dificuldades já existentes, os estudantes e professores estão tendo de encarar um sistema de educação que não tem estrutura suficiente para ampará-los frente a essa nova realidade.

Com a pandemia, os problemas da educação em relação à falta de políticas públicas direcionadas à inclusão digital se fizeram bem presentes nesse cenário, e isso se deve, conforme o autor, à falta de estrutura. No país, a inclusão digital está acontecendo de forma gradativa, o que tem gerado uma nova desigualdade social, principalmente, em relação ao acesso à informação e à comunicação, que criou estressores adicionais e barreiras à aprendizagem no contexto da inclusão digital.

Nesse sentido, o relatório sobre economia digital divulgado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2017) já destacava que o Brasil está entre os dez países com maior índice de população desconectada, o que demonstra que é necessária uma atenção especial para que as políticas públicas de acesso à internet sejam, de fato, implementadas em todas as regiões do país de forma igualitária.

Mesmo com o programa de acesso à internet dentro das escolas, como mencionado, e bem colocado por Basniak e Soares (2016), o fato de os alunos não poderem estar dentro dos espaços escolares, em função de cuidados com a saúde pública, um outro desafio se apresenta à educação: levar o acesso à internet para dentro do contexto familiar do aluno. Como bem frisado por Ramos e Brezinski (2014), a distribuição harmônica dos elementos que formam os direitos básicos de igualdade, neste caso de acesso aos espaços tecnológicos, a fim de ter acesso a uma educação que promova a aprendizagem, sendo essencial para que os alunos de diferentes contextos socioeconômicos e regionais consigam acompanhar situações de aprendizagem em contextos de educação remota.

Importante ressaltar que a vida contemporânea se apresenta marcada por inúmeras transformações advindas da era digital. Tais mudanças afetam diversos aspectos da vida humana, incluindo as formas como as pessoas se comunicam, trocam informação, aprendem e ensinam. Pouco a pouco, a internet e as novas tecnologias digitais vão modificando as formas de comunicação e de construção de sentidos, exigindo que esses novos modos de lidar com o conhecimento sejam discutidos e orientados no âmbito escolar.

Outro desafio apontado pelos professores, em meio à pandemia, está sendo adaptar a metodologia das atividades remotas às aulas virtualizadas, posto que logo no início da pandemia as instituições se viram obrigadas a rever suas estratégias diante do cenário de incerteza na educação e, em meio a tudo isso, se encontram os professores e alunos.

As aulas remotas correspondem a um dos desafios atuais na Educação Básica e no Ensino Superior, pois conforme constatado nos resultados do formulário, observou-se que as tecnologias não eram usadas continuamente no cotidiano

escolar. Importante pensar que, em meio a tudo isso, o professor vem tendo de lidar com essas situações de modo a se reinventar na sua prática. Além disso, a ausência de interação presencial entre docentes e alunos foi um dos fatores apontados nas respostas como um possível fator para a não aprendizagem.

O novo normal faz com que os envolvidos no processo educacional estejam incluídos neste recente cenário, em que todos tiveram que reestruturar seus pensamentos. Talvez, por isso, na pesquisa 38% dos professores indicaram não ter familiaridade com metodologias de ensino virtualizado.

As dificuldades apontadas no questionário chamam atenção para alguns aspectos, sendo o principal deles a falta de formação do professor para trabalhar em meio ao virtual e a necessidade de adequação das atividades ao contexto remoto. Nesse viés, a prática docente sofre muitas transformações quando o professor utiliza as tecnologias, por isso é importante a adequação ao novo formato de ensinar no contexto educacional em meio à pandemia da Covid-19.

Vale ressaltar, que a experiência na prática só será realmente efetuada se o professor também tiver formação inicial ou continuada para lidar com essas tecnologias. E nesse cenário pandêmico em que se vive, a utilização de diferentes tecnologias é essencial para que o ensino possa ter continuidade. Maia (2001, p.9) destaca que:

[...] o professor nunca foi tão importante e necessário como nesses novos tempos de virtualização do saber e de novas tecnologias interativas de comunicação em rede. Ele é o grande responsável pela motivação dos alunos virtuais, distantes geograficamente uns dos outros, unidos, basicamente, pela força do conteúdo apresentado e pelas atividades colaborativas, interativas e de integração promovidas e mediadas, não pela tecnologia, mas pelo professor.

O professor precisa sempre refletir sobre sua prática e se qualificar continuamente em sua formação, para que ele possa lidar com esses desafios mencionados anteriormente, pois se esta vivendo em um período pandêmico em que o isolamento social se fez presente e, por causa disso, esse profissional teve que se adaptar de forma repentina a esse novo cenário.

4 Conclusão

Neste trabalho, o foco de estudo foi pesquisar as dificuldades enfrentadas pelos docentes diante da necessidade de se ministrar aulas remotas. Ao longo das análises, foram percebidas as dificuldades encontradas nos processos de ensino e aprendizagem no contexto da pandemia. Contudo, apesar das adversidades, não faltou empenho para que o processo educativo acontecesse, ressaltando-se que os recursos digitais foram os aliados nesse percurso educativo atual e conturbado.

Cabe lembrar, que não adianta ter só os instrumentos, é necessário que os profissionais da educação saibam utilizá-los. Entende-se que muitos professores sentem um certo receio de lidar com essas tecnologias e alguns se perguntam como usar esses instrumentos, em sala de aula. Isso, muitas vezes,

faz com que os docentes criem uma certa resistência em usar esses recursos e ferramentas, como citado pelos participantes.

Ademais, grandes são os desafios diante do novo cenário na pandemia, e a formação continuada é importante nesse processo para que os entraves não aconteçam no processo de ensino e de aprendizagem que se seguirá, inclusive, quando a presencialidade retornar em sua totalidade às escolas.

Nesse contexto de mudanças, fez-se e ainda se faz necessário que educadores e educandos estejam adaptados às novas possibilidades de ensino e aprendizagem. Com mais acesso às informações, na palma das mãos dos alunos, os professores podem atuar como mediadores, o que provoca a necessidade de ressignificar o ato de ensinar, visto que o papel do docente vai mudando à medida que o conhecimento se torna mais acessível ao discente.

Como as políticas públicas de acesso à internet interferem no ensino e aprendizagem em tempos de pandemia, ficou evidente, ao se analisar os dados, que a falta de estratégias para uma melhor distribuição de recursos tecnológicos impactou nos resultados do ensino. Os docentes deixaram claro que a falta de acesso à internet, por parte dos alunos, gera uma defasagem de aprendizado que seria amenizada se, de fato, as políticas fossem atuantes neste contexto.

Por fim, destaca-se que a internet já faz parte da vida estudantil de muitas pessoas ao redor do mundo. No entanto, o baixo acesso ao recurso, por parte dos alunos, dificulta a implementação de novas metodologias que utilizam os recursos digitais como base para realização de certos processos e de etapas de planejamento, de acordo com os dados coletados na pesquisa.

Referências

- ARRUDA, E.P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *Em Rede*, v.7, n.1, p.257-275, 2020.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BASNIAK, M. I.; SOARES, M.T.C. O ProInfo e a disseminação da Tecnologia Educacional no Brasil. *Educ. Unisinos*, v.20, n.2, 2016.
- BERNARDI, M. *Prática pedagógica em EAD: uma proposta de arquitetura pedagógica para formação continuada de professores*. 200f. 2011. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- BRASIL, Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007. *Programa Nacional de Tecnologia Educacional- Proinfo*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6300-12-dezembro-2007-566380-publicacaooriginal-89955-pe.html>
- BRASIL, Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017. *Programa de Inovação Educação Conectada*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9204.html
- BRASIL, Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação a Distância. *Programa Nacional de Informática na Educação PROINFO/Diretrizes*. Brasília: MEC, 1997.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais*

- por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID - 19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>
- GIL, A.C. *Didática do ensino superior*. São Paulo: Atlas, 2012.
- MAIA, C. *Guia brasileiro de educação à distância*. São Paulo: Atlas, 2001.
- MORAN, J.; BACICH, L. *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso, 2018.
- RAMOS, E.E.L.; BREZINSKI, M.A.S. *Legislação Educacional*. Florianópolis: IFSC, 2014.
- SCHÖN, D.A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- SILVA, J.R.; SILVA, E.C. Pandemia: dilemas e constatações no processo de ensino do município de Bayeux, Paraíba. *Rev. Educ.*, v.43, n.162, p.90-111, 2020, doi: <https://doi.org/10.22560/reanec.v49i162.316>
- UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. *Information Economy Report 2017: Digitalization, Trade and Development*. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ier2017_en.pdf